



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010538-18.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações**
 Requerente: **Marcilei Aparecida Constante**
 Requerido: **Jose Luiz Fiorindi**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença.

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alega ter vendido seu veículo para o autor que deixou de transferir a titularidade. Afirma que o veículo recebeu várias autuações por infração de trânsito e que agora sofre o risco de ter o direito de dirigir suspenso, além de estar sujeita à inscrição no CADIN pelo não pagamento das multas.

Almeja a condenação do réu na obrigação de fazer consistente em transferir o veículo para seu nome, bem como indenização pelos danos morais sofridos.

A compra e venda entabulada entre as partes é incontroversa.

Assentada essa premissa, o que importa dizer que inexistem divergências quanto à matéria de fato trazida à colação, é possível analisar os pedidos formulados pela autora.

A obrigação do réu é indubitosa e nada há de concreto para obstar a sua implementação, pois possuía outros meios de solucionar a contenda, podendo até mesmo ingressar no Poder Judiciário para coibir a autora a entregar CRV atualizado, caso o problema fosse esse.

Mas não o fez. Passados mais de dois anos da compra e venda o réu nada diligenciou para a regularização do veículo, mantendo as infrações de trânsito em nome da autora a despeito dos graves prejuízos que essa conduta poderia causar a ela, em flagrante descaso.

Bem por isso prospera quanto ao tema o pleito formulado, para que o réu cumpra com a obrigação de transferência do veículo, com a ressalva de que em caso de inércia sua vontade será suprida perante os órgãos competentes de trânsito.

Ressalta-se que a alegação de venda do veículo em nada altera a obrigação do réu, pois é ele que estabeleceu vínculo jurídico com a autora e não demonstrou satisfatoriamente que o automóvel em questão não está na sua posse.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No mais, comprovada a venda do veículo no dia 1º/04/2014, data da assinatura do CRV, conforme se depreende dos documentos de fls. 12 e 68, impossível impor à autora o ônus de suportar a responsabilidade pelas infrações que não cometeu.

No entanto, não há como imputar as infrações ao réu, pois não houve a produção de provas nesse sentido.

Por essa razão é de rigor a comunicação ao CIRETRAN para que exclua das infrações cometidas na condução do automóvel em questão, a partir do dia 1º/04/2014.

Resta então apreciar a postulação quanto ao ressarcimento dos danos morais que a autora teria experimentado.

Sobre esse assunto, é inegável que a negligência do réu em não transferir o veículo para o seu nome gerou transtornos de vulto à autora.

Independentemente de aprofundar a discussão em torno da solidariedade quanto ao pagamento de verbas incidentes sobre o automóvel, na esteira do art. 134 do CTB, transparece indubitado que a autora, a exemplo de qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição, depositou confiança no réu, acreditando que ele regularizaria perante a repartição de trânsito competente a documentação própria do negócio.

As consequências que se deram a partir da inércia do réu então estão comprovadas nos autos e são reforçadas pelas regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95).

Tal panorama, outrossim, basta à configuração dos danos morais passíveis de reparação.

Todavia, o valor da indenização não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes (especialmente quanto ao réu) e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para 1) condenar o réu a realizar a transferência do automóvel em pauta para o seu nome no prazo de dez dias, contados de sua intimação e independentemente do trânsito em julgado da presente; 2) determinar que em caso de inércia seja expedido alvará à CIRETRAN local para essa finalidade independentemente de outras formalidades; 3) determinar que se oficie ao CIRETRAN local para que exclua do prontuário da autora as infrações de trânsito cometidas na condução do veículo objeto desta ação cometidas a partir do dia 1º/04/2014; e 4) condenar o réu a pagar à autora o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a título de dano moral, corrigidos a partir desta data e com juros de mora contados desde a citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Transitado em julgado, intime-se o réu para que realize o pagamento (Súmula 410 STJ).

P.I.

São Carlos, 27 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**